



CLIPPING



27 de
AGOSTO
2021

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

REPÓRTER

70

> INTERSEXO REGISTRO

A partir do dia 12 de setembro, os cartórios de todo o País poderão registrar crianças com a chamada Anomalia de Diferenciação de Sexo (ADS), ou seja, sem sexo definido, com a opção sexo ignorado. Essas crianças são também chamadas de intersexos. A autorização aos cartórios foi publicada em documento da Corregedoria Nacional de Justiça e confirmada pelo plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

FACILIDADE

A medida permite ainda que "a qualquer tempo" o indivíduo registrado com sexo ignorado possa fazer a designação sexual em qualquer cartório de registro civil, sem a necessidade de autorização judicial, de comprovação de cirurgia sexual e tratamento hormonal ou apresentação de laudo médico ou psicológico.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

BENEVIDES

Ministério Público apura casos de nepotismo

DA REDAÇÃO

O Ministério Público do Pará (MPPA) apura eventuais casos de nepotismo na admissão de novos servidores públicos à Prefeitura de Benevides.

A Promotoria do município enviou ofícios ao prefeito, aos secretários municipais e aos vereadores solicitando que seja informada se, em qualquer órgão do município ou da Câmara, houver servidores públicos, efetivos ou não, incluindo

temporários e terceirizados, que tenham parentesco consanguíneo por adoção das autoridades envolvidas.

“Cumpre lembrar que ‘a falta injustificada e o retardamento indevido do cumprimento das requisições do Ministério Público implicarão a responsabilidade de quem lhe der a causa’, além do que, eventual omissão de nomes de parentes configura crime de falsidade ideológica e, considerando o caráter imperativo

desta requisição, a sua ausência de resposta, se presentes indícios de interesse pessoal ou de terceiros no atraso, poderá ensejar o ajuizamento de competente ação penal por crime de prevaricação”, publicou o promotor de Justiça Márcio Leal Dias, que assina a requisição.

De acordo com o MP, os servidores públicos não podem ser parentes dos ocupantes de cargos do Executivo e do Legislativo, tanto no chamado parentesco em linha reta

(pais, avós, filhos, netos e bisnetos) quanto colateral, até o terceiro grau (irmãos, tios e sobrinhos).

É vedado também vínculo de afinidade, o que inclui genro, nora, sogros, cunhados, padrasto, madrasta e enteados, mesmo no caso de divórcio, separação judicial ou dissolução de união estável. A Promotoria recomenda a exoneração urgente “com a remessa de cópia do ato de desligamento ao Ministério Público”.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Milton Nobre autografou seu novo livro em lançamento no prédio-sede do TJPA

LIVRO

Nobre lança “Tratando Direito de Direitos”

DA REDAÇÃO

O decano do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), desembargador Milton Augusto de Brito Nobre, lançou ontem o livro “Tratando Direito de Direitos”, no Salão Nobre do prédio-sede do TJPA. A publicação é uma coletânea de textos inéditos e já publicados, a partir de quando deixou a advocacia e o magistério para se dedicar prioritariamente ao exercício da magistratura como desembargador do TJPA. As informações foram divulgadas pelo TJPA.

O lançamento presencial obedeceu aos protocolos de prevenção à covid-19, como o uso de máscara, a utilização do

álcool 70% e a aferição de temperatura na entrada do local. A presidente do TJPA, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, esteve presente.

Para a presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), conselheira Lourdes Lima, Milton Nobre contribuiu para a literatura jurídica, porque o livro é “um conteúdo de qualidade para tratar do direito e da sua multiplicidade de abordagens”, disse.

A presidente do TCM-PA, conselheira Mara Lúcia Barbalho, disse que a experiência do autor “suscita a todos que trabalham na área a ter seus conhecimentos acrescidos”.

O prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, desta-

cou que Milton Nobre “deu uma grande contribuição à história do direito e às conquistas legais do Estado do Pará, porque teve um papel protagônico durante a Constituinte Estadual, da qual eu tive a honra de ser deputado constituinte. Acompanho, também, nos últimos anos, a produção jurídica e literária do grande jurista e professor Milton Nobre”.

“Acreditamos que é um legado que o professor e desembargador Milton Nobre deixa para uma geração de antigos alunos e para a classe jurídica como um todo”, ressaltou o professor Jeferson Bacelar, diretor do Departamento de Ensino e Pesquisa da Escola Judicial do Estado do Pará do TJPA.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Bernardino Santos

bernardino.liberal@gmail.com



O desembargador **Milton Nobre** autografando seu livro "Tratando direito de Direitos" para o prefeito **Edmilson Rodrigues**. Foi uma sessão muito concorrida, ontem, no salão nobre do edifício sede do Tribunal de Justiça do Pará.



O desembargador **Leonardo Tavares** recebendo do seu colega **Milton Nobre** o livro "Tratando direito de Direitos", com autógrafo do autor.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

RD REPÓRTER
DIÁRIO

Militares da PM e bombeiros militares paraenses estão impedidos de participar das manifestações convocadas por apoiadores do presidente Jair Bolsonaro para o dia 7 de Setembro. Os protestos têm como bandeira o fechamento do STF, TSE e Congresso Nacional, além da defesa do voto impresso. Em caso de desobediência, os membros das corporações serão presos preventivamente, podendo ser expulsos da PM e do Corpo de Bombeiros. O alerta foi dado pelo promotor militar Armando Brasil. Ele observa que, caso sejam processados por desobediência, os militares ficam sujeitos a penas de até 15 anos de prisão.

POLITIZAÇÃO

Armando Brasil encaminhou ontem ofício ao corregedor geral da PM, coronel Ricardo André Silva, pedindo informações sobre as ações para monitorar a participação de militares da ativa nos protestos. Ofício também foi enviado ao subcomandante geral dos Bombeiros, coronel Alexandre Costa do Nascimento. O promotor critica a tentativa de politização das PMs e lembra que a Constituição proíbe o engajamento de militares em atos políticos de qualquer natureza. Todos poderão responder pelos crimes militares de incitação à indisciplina, motim ou concertos para motim.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

EM ANANINDEUA

PM TIRA CRIMINOSOS
DE CENA

Foragidos com mandado de prisões em aberto e suspeito de tráfico foram presos em Ananindeua em uma maratona de 16h tendo à frente policiais militares em várias viaturas, que fecharam o cerco contra eles



Os policiais militares foram para as ruas e tiraram de cena suspeitos com mandados em aberto, além de flagrar outro homem com drogas
FOTO: DIVULGAÇÃO

PRISÕES

JR Avelar

Sob o comando do tenente coronel Josimar Leão, policiais militares em várias viaturas saíram às ruas de Ananindeua com a missão de recapturar foragidos e atender denúncias de tráfico de drogas.

Durante dezesseis horas, os militares sob o comando do oficial, se deslocaram primeiro a estrada do Aurá onde, segundo os levantamentos, estaria escondido Everton dos Santos Pinheiro, que estava com mandado de prisão preventiva expedido pela comarca de Ananindeua e acabou localizado e preso sendo apresentado na delegacia do Aurá e recambiado ao Sistema Penal.

O segundo mandado foi cumprido no bairro da Cabanagem depois que o tenente coronel Lima Neto recebeu informes que em uma residência neste bairro estava escondido Cleiton Alan Santos Brito com sentença condenatória prolatada pelo Juízo da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém.

A terceira prisão do dia aconteceu na rua Santa Maria no bairro Icuí, em Ananindeua. Através de levantamento de informações e denúncias, os policiais do 6º Batalhão conseguiram identificar um local onde ocorria a fabricação e comercialização de entorpecentes.

O cerco foi fechado com as motos do serviço de patrulhamento e logo presos Diego dos Santos Silva e Klebson Barros de Sousa encontrados na posse de quinze pedacinhos de maconha, vinte e seis pedacinhos de pasta base de cocaína, quatro embrulhos contendo 200 gramas de cocaína em cada.

Segundo o tenente coronel Lima Neto, os dois homens fazem parte de uma organização criminosa que atua no bairro e as prisões representam um duro golpe além da retirada de circulação de drogas que abasteceriam "bocas de fumo" no bairro do Icuí.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



PUBLICIDADE

CASO CLEBER CLEY

Ex-agente do Detran é absolvido 10 anos após morte de jovem

Homem foi acusado pela morte do jovem Cleber Cley Pinto Marques Fonseca Filho, há dez anos

quinta-feira, 26/08/2021, 22:53 - Atualizado em 26/08/2021, 22:52 - Autor: Redação



Julgamento iniciou na manhã de quarta-feira (25) | Reprodução

O ex-agente do Departamento de Trânsito do Estado (Detran) Diego Silva de Souza, acusado pela morte de Cleber Cley Pinto Marques Fonseca Filho, de 18 anos, foi absolvido esta quinta-feira (26).

O julgamento de Diego Silva iniciou na manhã de quarta-feira (25). O ex-agente enfrentou a acusação de ter colidido e matado Cleber Cley na noite de 5 de fevereiro de 2010. Diego foi acusado de homicídio qualificado.

A acusação argumentou que Diego começou a perseguir Cleber após ele fugir de uma blitz. O jovem estaria sem capacete e tentou furar a fiscalização. Ele foi

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

perseguido e acabou atingido pela viatura dos agentes. A colisão aconteceu na travessa 9 de Janeiro, no bairro do Umarizal.

O julgamento teve um elevado número de testemunhas arroladas e advogados. No final, o júri considerou não haver provas suficientes de que o agente tenha colidido com o jovem de forma deliberada.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

NO OESTE DO PARÁ

Justiça diz que lei municipal é inconstitucional e procuradores têm que ser concursados em Santarém

27 AGO 2021 - 09:42 | ATUALIZADO 27 AGO 2021 - 09:43 | Compartilhar 3



O Tribunal de Justiça do Pará julgou inconstitucionais artigos de duas leis sancionadas em Santarém, na região do oeste do Pará, uma delas em 2017, pelo prefeito Nélio Aguiar (DEM), que torna a livre nomeação e exoneração de advogados para o cargo de procurador do município.

A ação direta de inconstitucionalidade, ajuizada pelo Ministério Público do Pará (MPPA) em 2018, foi julgada procedente pelos desembargadores que acompanharam à unanimidade o voto da desembargadora Diracy Nunes.

A legislação municipal proíbe a nomeação de procuradores municipais para o exercício da advocacia pública por meio de cargos comissionados, o que não é

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

permitido pela Constituição Federal de 1988 e pela Constituição do Pará, os cargos só podem ser providos mediante concurso público.

Em 2016, uma lei municipal relativa a todos os cargos da Procuradoria Geral do Município (PGM) seria de comissão - 14 procuradores e ainda 1 procurador fiscal. Em 2017, criou-se outro cargo, também de livre nomeação, o de procurador adjunto.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

OBRA

Desembargador Milton Nobre lança 'Tratando direito de Direitos' na sede do TJPA

26 AGO 2021 - 17:25 | ATUALIZADO 26 AGO 2021 - 17:20

Compartilhar 4



Crédito: Divulgação/TJPA

O decano do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), desembargador Milton Augusto de Brito Nobre, lançou, nesta quinta-feira, 26, o livro "Tratando direito de Direitos".

A publicação é uma coletânea, com temas inéditos e já publicados pelo magistrado, e reúne artigos, palestras, conferências e outros estudos jurídicos produzidos por ele nas últimas décadas, a partir de quando deixou a advocacia

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

e o magistério para dedicar-se prioritariamente ao exercício da magistratura como desembargador do TJPA.

O evento de lançamento ocorreu no Salão Nobre do prédio-sede do TJPA. Desembargadores, desembargadoras, magistrados, magistradas, autoridades públicas, servidores e servidoras estiveram presentes no evento que obedeceu aos protocolos de prevenção à covid-19.

A presidente do TJPA, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, prestigiou o lançamento da obra. Já a presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), conselheira Lourdes Lima, disse que o desembargador Milton Nobre contribui para a literatura jurídica.

"É uma elevada honra participar do lançamento. O título da publicação me chamou a atenção e já anseio pela leitura desta coletânea que reúne, entre artigos, palestras e conferências, temas inéditos. Sem dúvidas um conteúdo de qualidade para tratar do Direito e da sua multiplicidade de abordagens", disse.

Por mais de 30 anos, Milton Nobre foi professor de Direito Comercial da Universidade Federal do Pará (UFPA), na qual começou a lecionar em 1972 como auxiliar de ensino. Posteriormente, ingressou na carreira do magistério superior por meio de concurso de provas e títulos e, desde 1976, exerceu os cargos de procurador e consultor-geral do município de Belém.

Antes de exercer a judicatura, o desembargador publicou livros que tiveram foco em Direito Comercial e Direito Administrativo. Ao ingressar na magistratura, não publicou mais livros, apenas breves estudos, ensaios e capítulos de obras coletivas, em razão da dedicação e do tempo de estudos exigidos por integrar a Seção de Direito Penal do TJPA, área na qual ingressou por não possuir ligação com a área de atuação anterior do desembargador.

O decano do TJPA explica que o título "Tratando direito de Direitos" revela sua visão pessoal a respeito de alguns campos do Direito. Para isto, utilizou do simbolismo e da metáfora, e justifica o uso incorreto da palavra "Direitos", que

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

seria aplicada inicialmente no singular, em razão da multiplicidade de temas abordados na obra e da existência da multiplicidade de verdades. “O livro é uma demonstração de como alguém, da minha geração de professores, uma geração que era da Academia, mas era da profissão, pensava o Direito, mas praticava o Direito também e trabalhava os temas jurídicos”, disse.

A obra não contém prefácio. O decano do TJPA redigiu uma nota na qual fez breve homenagem à memória do jurista e professor Zeno Veloso, amigo pessoal e colega de magistério que o incentivou a publicá-lo e estava encarregado de redigir o prefácio.

Dividida em cinco partes, a primeira delas abrange seis trabalhos sobre Direito Empresarial. A segunda apresenta dois estudos da Teoria de Direito, duas palestras sobre ética, o discurso de agradecimento proferido na ocasião em que recebeu o título de Doutor Honoris Causa, conferido pelo Centro de Estudos Superiores do Estado do Pará (Cesupa). A terceira contém 14 trabalhos a respeito de gestão e funcionamento do Poder Judiciário. A quarta parte engloba duas preleções de Direito à Saúde e reflexões sobre a vacinação obrigatória no Brasil para o combate à pandemia da Covid-19. E a quinta reúne artigos sobre assuntos diversos, advocacia e matéria Constitucional.

Livros publicados pelo desembargador Milton Nobre:

- Aspectos Jurídicos das Letras Imobiliárias (1975) esgotado;
- Coletânea de Pareceres, Vol I (1976 e Vol II (1978) esgotados;
- Aspectos da Companhia de Economia Mista e a lei das S/A (1983) esgotado;
- Inovações da Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública (1994) esgotado;
- A instituição dos Juizados Especiais Federais e a definição de infrações de menor potencial ofensivo (2002);

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

- Dito e Feito – do Colégio ao Conselho (2015);

Ficção:

- O declamador e outras histórias

Fonte: TJPA

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Acusado de triplo homicídio de jovens em Altamira, PA, é condenado a 30 anos de prisão

O caso ocorreu em 2017, quando os universitários Magid Mauad, Paulo Ricardo e o dentista Claudinei Almeida foram mortos por engano.

Por G1PA — Belém

26/08/2021 15h46 - Atualizado há 19 horas



Em Altamira, sudoeste do Pará, Avilson Lopes de Abade Espíndola, acusado pelo triplo homicídio de jovens em 2017 foi condenado a 30 anos e quatro meses de prisão na última terça-feira (25), três anos e 10 meses após o crime. As investigações apontaram que as vítimas foram mortas por engano.

Ao longo da terça-feira (25), parentes das vítimas Magid Mauad, Paulo Ricardo e Claudinei Almeida, manifestaram silenciosamente em frente ao Fórum de Altamira, enquanto aguardavam o resultado do tribunal do júri.

Para os familiares, foi um dia difícil, mas aguardado como uma forma de amenizar o sofrimento pela perda dos jovens, brutalmente assassinados. "Conseguimos o nosso júri popular e estamos na expectativa de uma vitória justa", conta Jéssica Bezerra Alves, irmão de Paulo Bezerra.

As investigações da polícia apontaram quatro envolvidos nos assassinatos, dois deles morreram em confronto com a polícia, em Altamira e no Paraguai. Um terceiro, identificado como Cleberson Almeida, participou da audiência como testemunha de acusação e prestou depoimento por videoconferência.

Somente Avilson Lopes sentou no banco dos réus para responder pelo triplo homicídio. A sentença saiu um pouco antes das 8h da noite e Avilson foi acusado

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

sob pena de 30 anos e quatro meses, a ser cumprida em regime fechado no presídio de Marituba, Região Metropolitana de Belém.

“O réu Avilson foi condenado pelo crime de homicídio qualificado, por motivo torpe e pela impossibilidade de defesa da vítima e da sucessão criminosa”, explica Renata Cardoso, promotora de justiça que acompanha o caso.

A defesa do acusado reconheceu a decisão e revelou que o próprio Adilson não quer recorrer contra essa medida. Os parentes das vítimas comemoraram, aliviados, o resultado do julgamento.

Crime

Os jovens estavam em visita a um amigo, no bairro São Joaquim, quando foram mortos na porta da residência. Uma testemunha disse à polícia que os bandidos chegaram a pé e todos estavam armados. Magid foi alvejado do lado de fora, Paulo foi morto na porta da casa e Claudinei tentou fugir, mas foi alçando e executado dentro do banheiro. O dono da casa conseguiu escapar pelo muro. Os criminosos teriam usado um carro prata de apoio, que foi estacionado há alguns metros da residência.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

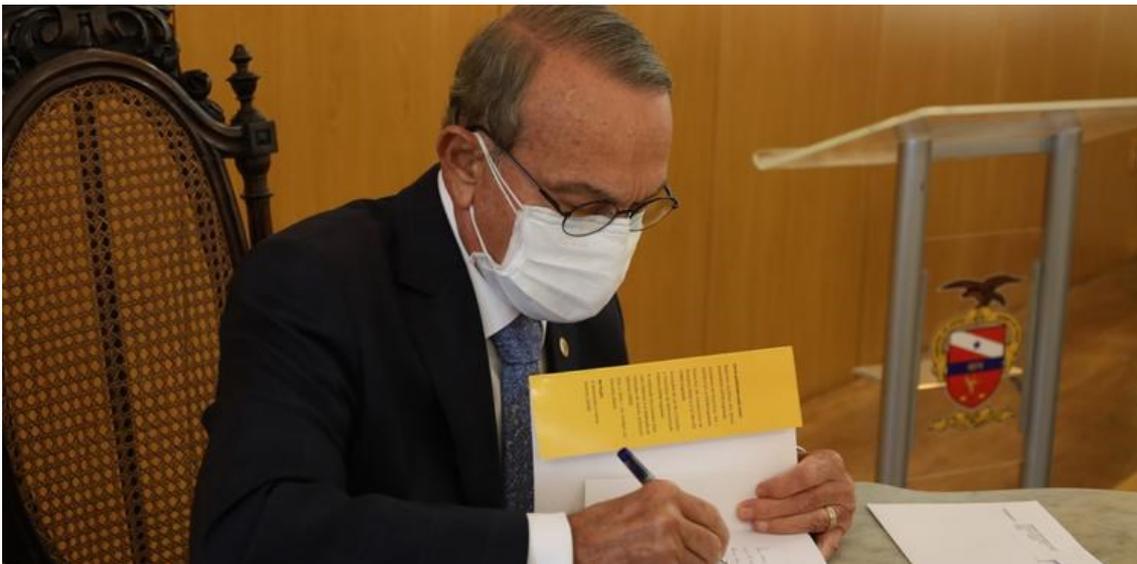
Milton Nobre lança 'Tratando direito de Direitos' no Salão Nobre do prédio-sede do TJPA

Diversas autoridades estiveram presentes à solenidade



O Liberal

26.08.21 17h41



Presentes ao evento falam em legado de Milton Nobre (Ascom TJPA)

O decano do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), desembargador Milton Augusto de Brito Nobre, lançou, nesta quinta-feira, 26, o livro "Tratando direito de Direitos", no Salão Nobre do prédio-sede do TJPA. A publicação é uma coletânea de textos inéditos e já publicados, a partir de quando deixou a advocacia e o

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

magistério para se dedicar prioritariamente ao exercício da magistratura como desembargador do TJPA. As informações foram divulgadas pelo TJPA.

O lançamento presencial obedeceu aos protocolos de prevenção à covid-19, como o uso de máscara, a utilização do álcool 70% e a aferição de temperatura na entrada do local. A presidente do TJPA, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, esteve presente.

Para a presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), conselheira Lourdes Lima, Milton Nobre contribui para a literatura jurídica, porque o livro é “um conteúdo de qualidade para tratar do direito e da sua multiplicidade de abordagens”, disse.

A presidente do TCM-PA, conselheira Mara Lúcia Barbalho, disse que a experiência do autor “suscita a todos que trabalham na área a ter seus conhecimentos acrescidos”.

O prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, destacou que Milton Nobre “deu uma grande contribuição à história do direito e às conquistas legais do Estado do Pará, porque teve um papel protagônico durante a Constituinte Estadual, da qual eu tive a honra de ser deputado constituinte. Acompanho, também, nos últimos anos, a produção jurídica e literária do grande jurista e professor Milton Nobre”.

“Acreditamos que é um legado que o professor e desembargador Milton Nobre deixa para uma geração de antigos alunos e para a classe jurídica como um todo”, ressaltou o professor Jeferson Bacelar, diretor do Departamento de Ensino e Pesquisa da Escola Judicial do Estado do Pará do TJPA.

Por mais de 30 anos, Milton Nobre foi professor de direito comercial da Universidade Federal do Pará (UFPA), na qual começou a lecionar em 1972 como auxiliar de ensino. Posteriormente, ingressou na carreira do magistério superior por meio de concurso de provas e títulos e, desde 1976, exerceu os cargos de procurador e consultor-geral do município de Belém.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Antes de exercer a judicatura, o desembargador publicou livros que tiveram foco em direito comercial e direito administrativo. Ao ingressar na magistratura, não publicou mais livros, apenas breves estudos, ensaios e capítulos de obras coletivas, em razão da dedicação e do tempo de estudos exigidos por integrar a Seção de Direito Penal do TJPA, área na qual ingressou por não possuir ligação com a área de atuação anterior do desembargador.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Advogado acusado de agredir esposa já esteve preso

Ele pagou fiança no valor de um salário mínimo e foi liberado



O Liberal

25.08.21 19h29



O advogado Jonatan dos Santos Pereira, que é integrante da Comissão de Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará (OAB-PA), já chegou a ser detido em flagrante por conta das supostas agressões praticadas contra sua companheira, no dia 1º deste mês, quando o casal passava a reta final das férias de julho, em um hotel localizado na avenida Atlântica, em Salinópolis. Ele foi liberado mediante o pagamento de fiança, no valor de um salário mínimo (R\$1.100,00).

Conforme narra o Boletim de Ocorrência registrado na Delegacia de Polícia Civil de Salinópolis, uma guarnição da Polícia Militar fazia rondas pela área do hotel,

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

quando foi abordada por uma pessoa pedindo ajuda para uma mulher que estaria sendo agredida por seu companheiro dentro do estabelecimento.

Quando chegaram no local, os policiais militares encontraram primeiramente Jonatan, que afirmou ter tido um problema com sua companheira. Aos policiais, Jonatan teria informado que “sua companheira, todas as vezes que bebe, o agride”, diz o boletim.

Ainda de acordo com o B.O, naquele 1º de agosto em que Jonatan teria sido agredido por sua companheira, ele desceu até a recepção do hotel e aguardou a esposa se acalmar. Ele ainda teria mostrado as marcas das supostas agressões para a polícia.

Os policiais também ouviram a mulher, que informou que tudo tinha acontecido ao contrário, ou seja, ela teria sido agredida por Jonatan e não era a primeira vez que aquilo estaria acontecendo.

A mulher teria dito também aos PMs que precisava de ajuda e gostaria de ser conduzida até a delegacia, o que foi feito para a realização dos procedimentos cabíveis.

Em busca pelo sistema do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), é possível verificar que Jonatan já tem algumas passagens pela polícia: duas delas também envolvem violência doméstica, com enquadramento na Lei Maria da Penha, porém foram arquivadas pelas vítimas.

“Ele tem histórico de agressão, sempre teve esse comportamento. Esse último caso em Salinas era algo que já vinha por quase todo o relacionamento desde 2016. Tiveram brigas e sempre de maneira gradativa, como em todo relacionamento abusivo”, disse a advogada de defesa da vítima, que atualmente vive sob medidas protetivas.

A redação integrada de O Liberal já entrou em contato com a defesa do advogado Jonatan, bem como com a OAB-PA, e aguarda retorno.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br